

Marcos Galli Costacurta

DESLOCADOS AMBIENTAIS
EM BUSCA DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO

Appris
Editora

Editora Appris Ltda.

1.ª Edição - Copyright© 2021 do autor

Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nos 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte

Elaborado por: Josefina A. S. Guedes

Bibliotecária CRB 9/870

C837d 2021	Costacurta, Marcos Galli Deslocados ambientais : em busca de reconhecimento e proteção / Marcos Galli Costacurta. - 1. ed. - Curitiba : Appris, 2021. 193 p. ; 23 cm. - (Direito e constituição). Inclui bibliografia. ISBN 978-65-250-0747-2 1. Direito ambiental. 2. Direitos humanos. 3. Imigrantes. I. Título. II. Série. CDD - 344.046
---------------	---

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Appris
Editora

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 - Mercês
Curitiba/PR - CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
CONTEXTO HISTÓRICO DA MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL	19
CAPÍTULO 2	
MODALIDADES DE MOBILIDADE INTERNACIONAL	23
2.1 Migrações	23
2.2 Asilo	26
2.3 Refúgio	28
2.4 Deslocados	33
2.4.1 Deslocados econômicos	38
2.4.2. Deslocados ambientais	42
2.4.3 Exemplos de condições geradoras de deslocamento ambiental	43
2.4.3.1 Mudanças climáticas	44
2.4.3.1.1 Tuvalu	44
2.4.3.1.2 Maldivas	45
2.4.3.2 Desastres naturais	46
2.4.3.2.1 Haiti	46
2.4.3.2.2 Ilha de Bholá	48
2.4.3.3 Desertificação	48
CAPÍTULO 3	
A QUESTÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS	51
CAPÍTULO 4	
PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E OS DESLOCADOS AMBIENTAIS	63
4.1 Dos Direitos Humanos e Fundamentais	64
4.2 Da hierarquia das normas	74
4.3 <i>Jus Cogens</i> e <i>Soft Law</i>	79
4.4 Princípio do não retrocesso social e princípio da mutabilidade social	81
4.5 O direito como sistema autopoiético	88

CAPÍTULO 5

VINCULAÇÃO INTERNACIONAL PARA PROTEÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS	97
5.1 Princípios gerais de Direito Internacional	98
5.2 Princípios de Direito Internacional Ambiental	104
5.3 Fontes do Direito Internacional do Meio Ambiente	111
5.4 Responsabilidade internacional dos Estados	114
5.5 Proteção Internacional dos Direitos Humanos	119
5.6 Garantias contra violações dos Direitos Humanos	124
5.7 Vinculação normativa internacional para proteção dos deslocados	130

CAPÍTULO 6

VINCULAÇÃO INTERNA PARA PROTEÇÃO DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS	137
6.1 Princípios gerais de Direito Ambiental	141
6.1.1 Princípio do direito ao meio ambiente equilibrado	141
6.1.2 Princípio do direito à sadia qualidade de vida	142
6.1.3 Princípio da sustentabilidade	143
6.1.4 Princípio do acesso equitativo aos recursos naturais	144
6.1.5 Princípio usuário-pagador e poluidor-pagador	144
6.1.6 Princípio da precaução	145
6.1.7 Princípio da prevenção	147
6.1.8 Princípio da reparação	148
6.1.9 Princípio da informação	148
6.1.10 Princípio da participação	151
6.1.11 Princípio da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público	152
6.1.12 Princípio da não regressão ambiental	153
6.2 Poder constituinte e vinculação de normas	153
6.3 A Lei de Migração e o deslocamento	158
6.4 Da necessidade de aplicação da ampliação do conceito de refugiado	162

7

CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS	171
ÍNDICE REMISSIVO	191